

Ass. Constituinte

13 JUL 1985

O GLOBO

Sarney determina novas mudanças no decreto da Pré-Constituinte

BRASÍLIA -- O Presidente José Sarney determinou pela segunda vez ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, modificações no decreto de criação da Comissão Pré-Constituinte, que seria assinado ontem. Caso seja aprovado o novo texto que o Ministro levará ao Presidente, será divulgada ainda hoje a lista dos 49 integrantes da Comissão.

Na relação constituída pelos 33 nomes indicados por Tancredo Neves, acrescida com outros escolhidos pelo Presidente Sarney e pelo jurista Afonso Arinos, era dada como certa ontem as presenças do Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, e do empresário Antônio Ermírio de Moraes.

A lista sofreu alterações até ontem à tarde, quando o Gabinete do Ministro da Justiça entrou em contato com diversos de seus prováveis integrantes, como a advogada de São Paulo Florisa Verucci. O ator Paulo Autran chegou a ser convidado mas não aceitou o convite. Outros nomes que teriam sido cogitados: Fernan-

da Montenegro e Carlos Zara, atores; mas até ontem não havia confirmação sobre se de fato eles foram convidados e, menos ainda, se aceitaram. Convidado pessoalmente pelo Presidente Sarney, o jurista Ferro Costa integrará a Comissão, assim como o escritor Jorge Amado.

Entre os nomes indicados por Tancredo Neves estão os do ex-Senador Paulo Brossard, os dos sindicalistas Carlos Alberto Oliveira, José Francisco da Silva e João Paulo Vasconcelos, o da Vereadora petista Benedita da Silva, os dos economistas Celso Furtado e Walter Barelli, o do General Otávio Costa e os dos Professores Bolívar Lamounier e Paulo Bonavides.

As novas modificações determinadas por Sarney a Lyra não foram reveladas. Quando o Ministro voltou ontem do Palácio do Planalto, seus assessores informaram apenas que alguns trechos do decreto não tinham agradado ao Presidente. A primeira vez que a matéria voltou

ao Planalto foi atribuída à vontade de Sarney de deixar bem claro no texto que a Comissão não será encarregada de elaborar um anteprojeto governamental de Constituição a ser imposta à Assembléia Nacional Constituinte mas sim apenas de fazer um esboço que contribuirá para o debate da nova Carta, sem que suas posições, principalmente no tocante a pontos polêmicos, como o aborto, possam ser relacionadas com as do Governo.

Ontem, de resto, o Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência, Fernando César Mesquita, declarou, tendo em vista críticas do jurista Raimundo Faoro segundo as quais a Comissão irá cercear os trabalhos da Constituinte:

— A função da Comissão será a de elaborar um esboço, estimulando também o debate sobre a Constituição. Seu trabalho, entretanto, não terá qualquer influência negativa sobre a soberania e independência da Constituinte.

Borja: Convocação é ato de fé e de coragem

O ex-Deputado Célio Borja, Assessor Especial da Presidência, afirmou ontem que a convocação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Governo é um ato de fé e de coragem: "Vamos abrir mão de tudo o que temos para dar o direito aos cidadãos de votar uma nova Constituição". Em palestra na Associação Brasileira de Imprensa, durante a solenidade de inauguração da seção fluminense do Instituto Tancredo Neves, do Partido da Frente Liberal, Célio Borja recomendou que todos procurem fazer uma "autolimitação, para reconhecer os direitos do vizinho".

Defendeu a descentralização política, através da criação de maior número de municípios e da entrega, aos Estados do Nordeste, da responsabilidade pelos programas de defesa contra as secas. Condenou a organização sindical, baseada na "Carta Del Lavoro", de Mussolini.

— A nossa Constituição mostra um horror ao pluralismo social, inibe a participação política e reduz a política a uma atividade daninha. É comum vermos os avisos de que são proibidos cães, bêbados e falar sobre política. É preciso acabar com este



Célio Borja defende liberdade de imprensa

nivelamento por baixo em relação a política — afirmou.

Afirmando que a sociedade inibida não pode ser criativa, Célio Borja lembrou que a livre manifestação do pensamento sempre esteve cerceada no Brasil e con-

denou a censura à imprensa e à criação artística e intelectual. Acha que a missão do Estado foi pervertida, porque já se perdeu a distância entre o público e o privado, mostrando a necessidade de restaurar o conceito de que o que é de todos não pode servir para o particular.

Durante os debates, uma pessoa condenou o direito de voto do analfabeto. O jurista Afonso Arinos se levantou da plateia, pediu licença a Célio Borja e respondeu que no tempo do Império havia o voto dos analfabetos, eliminado a partir da Constituição de 1891.

Estavam presentes o Presidente Nacional do Instituto Tancredo Neves, Deputado federal Lúcio Alcântara (PFL-CE); o Presidente Regional do PFL, Sérgio Quintela; e representantes de outros partidos, como Carlos Alberto Direito, do PMDB; e Hércules Correia, do PCB. Pelo PFL, compareceram o Senador Luís Viana Filho, o ex-Governador de Sergipe, Luís Garcia e o ex-Senador Benjamim Farah, mais o cineasta Paulo Thiago, o filósofo Tarcísio Padilha e o conselheiro do Tribunal de Contas Reinaldo Santana.